

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 252QU-035-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	6
Demonstrações contábeis	9
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023	15



Ana Costa Saúde
Sempre evoluindo para acompanhar você

PLANO DE SAÚDE ANA COSTA LTDA.

C.N.P.J. 02.864.364/0001-45

Relatório da Administração

Senhores Cotistas,

Em conformidade com as disposições estatutárias, legais e regulamentares, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do Plano de Saúde Ana Costa Ltda., acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com comparativo ao encerramento de 31 de dezembro de 2023.

Principais Resultados

Em 2024, o Plano de Saúde Ana Costa registrou um crescimento de 7% na receita operacional de assistência à saúde em relação a 2023. As despesas assistenciais aumentaram 11% no mesmo período. Os Eventos Indenizáveis Líquidos receberam um acréscimo de 13%, elevando a sinistralidade para 82,74%, contra 78,93% em 2023. O Lucro Líquido apurado no exercício foi de R\$ 25.403.739.

O total de beneficiários ao final de 2024 foi de 86.257, ante 90.157 no ano anterior, representando um decréscimo de 4,3% na modalidade de assistência médica e odontológica, atribuído principalmente à inadimplência e ao endividamento dos usuários.

A Operadora manteve seus compromissos financeiros rigorosamente em dia e não utilizou crédito de conta garantido ao longo do exercício, encerrando o ano com um índice de liquidez corrente de 1,92%.

Em atendimento à legislação vigente sobre Garantias Financeiras, o exercício foi encerrado com suficiência nos Recursos Próprios Mínimos – Patrimônio Mínimo Ajustado, Capital Regulatório, Ativos Garantidores – Vínculo e Lastro e Provisões Técnicas – PEONA e PELS.

Política de Destino de Lucros

Em conformidade com o Contrato Social, a distribuição de dividendos é deliberada em Assembleia de Sócios. Os resultados apurados nos exercícios de 2024 e 2023 foram integralmente revertidos para reserva de lucros.



Ana Costa Saúde
Sempre evoluindo para acompanhar você

Investimentos

Em 2024, foram investidos R\$ 20.419.644 na empresa controlada Hospital Ana Costa S.A., valor integralizado ao capital social, elevando a participação societária de 73% para 75,8%.

O resultado da equivalência patrimonial proveniente da empresa controlada foi negativo em R\$ 6.040.976.

Prevenção a lavagem de dinheiro/financiamento do Terrorismo e a Fraudes

A Sociedade mantém programa de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, adotando mecanismos de identificação de casos suspeitos e que devam ser informados aos órgãos competentes.

Neste sentido, no ano de 2024, a Operadora não identificou ocorrências suspeitas, tais como reembolsos de despesas médicas de beneficiários, não sendo necessária a comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, por meio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras (SISCOAF).

Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2024, o Plano de Saúde Ana Costa contava com 170 colaboradores, ante 116 em 2023. As despesas com pessoal no exercício totalizaram R\$ 12.990.872, representando um acréscimo de 50,4% em relação a 2023 e aproximadamente 3,72% do faturamento. Esse aumento decorreu, principalmente, da transferência de colaboradores corporativos administrativos anteriormente alocados na estrutura do Hospital Ana Costa.

Além dos gastos com as remunerações dos funcionários e encargos obrigatórios, as despesas com pessoal abrangem os benefícios oferecidos aos colaboradores, como assistência médica, vale-refeição, alimentação, transporte, auxílio-creche, uniformes e treinamentos internos e externos.

Perspectivas e Planos de Administração

Acreditamos que 2025 será mais um ano desafiador. Iniciamos o período com equipes fortalecidas e confiantes na capacidade da nossa organização em mobilização, disciplina e execução, reforçando ainda mais a importância de mantermos o foco.



Ana Costa Saúde
Sempre evoluindo para acompanhar você

Para 2025, estabelecemos como meta um crescimento de 78,3% nas vendas em comparação com 2024, além da manutenção dos custos, com o objetivo de alcançar uma sinistralidade inferior a 80%.

Seguiremos acompanhando de perto as mudanças significativas no mercado e as adaptações regulatórias, além de nos empenharmos no fortalecimento do sistema de saúde contra fraudes, abusos e desperdício de recursos – desafios essenciais para a sustentabilidade do setor.

Agradecemos a confiança de nossos colaboradores, beneficiários, pacientes e profissionais de saúde nessa nova fase da Sociedade. Esse compromisso compartilhado é o alicerce fundamental para o crescimento, a sustentabilidade e a ampliação do acesso à saúde suplementar.

Seguimos firmes em nossa missão de cuidar, oferecendo aos nossos clientes todo o suporte para uma vida com mais saúde.

Santos, 27 de fevereiro de 2025.

A Diretoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Botafogo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3512.4100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Quotistas da
Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
Santos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Plano de Saúde Ana Costa Ltda. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Plano de Saúde Ana Costa Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada, “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Marcio Romulo Pereira
Contador CRC 1RJ-076.774/O-7

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
 Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		75.120.288	82.306.571
Disponível	4	2.085.280	1.740.633
Realizável		73.035.008	80.565.938
Aplicações financeiras	5	65.245.053	74.484.175
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		43.099.664	39.159.146
Aplicações livres		22.145.389	35.325.029
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	3.531.943	3.771.076
Contraprestação pecuniária a receber		3.094.974	3.438.264
Participação de beneficiários em eventos indenizáveis		436.969	332.812
Créditos tributários e previdenciários	7	3.180.707	1.379.007
Bens e títulos a receber	8	787.823	646.752
Despesas antecipadas	9	289.482	284.928
Ativo não circulante		117.133.419	88.051.530
Realizável a longo prazo		14.564.058	13.581.566
Ativo fiscal diferido	10	2.498.365	3.532.070
Depósitos judiciais e fiscais	17	11.025.008	9.209.613
Outros créditos a receber e direitos a longo prazo	17	1.040.685	839.884
Investimentos	11	101.376.628	74.162.068
Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		101.376.628	74.162.068
Participações societárias em rede assistencial		101.376.628	74.162.068
Imobilizado	12	1.192.733	307.895
Imobilizado de uso próprio		124.395	153.838
Imobilizado - não hospitalares / odontológicos		124.395	153.838
Direito de uso de arrendamentos		1.068.338	154.057
Total do ativo		192.253.708	170.358.100

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
 Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante		39.130.825	37.663.787
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	32.607.839	32.143.720
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)		10.113.633	9.765.159
Provisão de eventos a liquidar para SUS		1.099.293	2.678.527
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		8.029.160	8.958.510
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		13.365.753	10.741.525
Débitos de operações de assistência à saúde	14	1.177.555	1.368.031
Contraprestações a restituir		141.583	161.731
Receita antecipada de contraprestações		732.282	621.337
Comercialização sobre operações		303.690	584.964
Tributos e encargos sociais a recolher	15	2.687.308	2.537.794
Débitos diversos	16	2.658.123	1.614.242
Passivo não circulante		11.799.179	9.882.961
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	6.804.964	4.935.355
Provisão de eventos a liquidar para SUS		6.804.964	4.935.355
Provisões	17	4.107.085	4.947.606
Provisões para ações judiciais		3.888.021	4.735.330
Provisão para outras contingências		219.064	212.276
Débitos diversos	16	887.130	-
Patrimônio líquido	18	141.323.704	122.811.352
Capital social	18.1	25.106.551	25.106.551
Reserva de lucros	18.2	110.880.941	92.477.203
Ajuste de avaliação patrimonial	18.4	5.336.212	5.227.598
Total do passivo		192.253.708	170.358.100

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
 Demonstrações do resultado
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		343.484.861	319.800.392
Receitas com operações de assistência à saúde		349.217.801	324.075.051
Contraprestações líquidas		349.217.801	324.075.051
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(5.732.940)	(4.274.659)
Eventos indenizáveis líquidos	24	(284.207.737)	(252.415.480)
Eventos conhecidos ou avisados		(281.583.510)	(253.341.467)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(2.624.227)	925.987
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		59.277.124	67.384.912
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	20	2.514.133	2.181.218
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	20	254.236	230.251
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar (sus)		6.040	-
Outras receitas operacionais		248.196	230.251
Outras receitas (despesas) operacionais com planos de assistência à saúde	22	(4.985.982)	(5.968.233)
Provisão para perdas sobre créditos		(2.815.053)	(2.333.699)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(2.170.929)	(3.634.534)
Resultado bruto		57.059.511	63.828.147
Despesas de comercialização		(4.174.385)	(5.399.396)
Despesas administrativas	23	(20.423.853)	(13.624.564)
Resultado financeiro líquido	21	11.541.072	12.367.813
Receitas financeiras		11.999.858	12.859.357
Despesas financeiras		(458.786)	(491.544)
Resultado patrimonial	11	(6.039.976)	(33.708.562)
Receitas patrimoniais		5.288.295	-
Despesas patrimoniais		(11.328.271)	(33.708.562)
Resultado antes dos tributos e participações		37.962.369	23.463.438
Imposto de renda corrente	25	(8.354.401)	(12.449.034)
Contribuição social corrente	25	(3.170.524)	(4.540.964)
Impostos diferidos	25	(1.033.705)	(2.043.543)
Resultado líquido do exercício		25.403.739	4.429.897

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado líquido do exercício	25.403.738	4.429.897
	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>25.403.738</u>	<u>4.429.897</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		25.106.551	95.047.307	5.699.724	-	125.853.582
Perda na variação de percentual na part.Invest.	11	-	-	(472.126)	-	(472.126)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	4.429.897	4.429.897
Constituição de reservas de lucros		-	4.429.897	-	(4.429.897)	-
Juros s/ capital próprio distribuídos	18.3	-	(7.000.000)	-	-	(7.000.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		25.106.551	92.477.203	5.227.598	-	122.811.352
Ganho na variação de percentual na part.Invest.	11	-	-	108.614	-	108.614
Resultado líquido do exercício		-	-	-	25.403.739	25.403.739
Constituição de reservas de lucros		-	25.403.739	-	(25.403.739)	-
Juros s/ capital próprio distribuídos	18.3	-	(7.000.000)	-	-	(7.000.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		25.106.551	110.880.941	5.336.212	-	141.323.704

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
 Demonstrações dos fluxos de caixa
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	37.962.369	23.463.438
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados (aplicados) pelas atividades operacionais		
Depreciação / amortização	411.175	313.117
Provisão para perdas sobre recebíveis e outros créditos	473.286	280.426
Reversão de provisão para ações judiciais	(840.521)	(534.944)
Juros sobre passivo de arrendamento	100.872	33.826
Resultado de equivalência patrimonial	6.040.976	33.708.173
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	2.624.227	(925.987)
Outros	(187.447)	(47.360)
	46.584.937	56.290.689
Variações nos ativos e passivos		
Diminuição (aumento) nos ativos:		
Aplicações financeiras	9.239.122	2.091.356
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	310.068	(654.561)
Créditos tributários e previdenciários	(1.801.700)	(473.281)
Bens e títulos a receber	(685.292)	(459.721)
Despesas antecipadas	(4.554)	55.346
Depósitos judiciais e fiscais	(1.815.395)	(136.311)
Outros	(200.801)	-
Aumento (diminuição) nos passivos:		
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(2.160.108)	(1.644.886)
Receita antecipada de contraprestações	110.945	(2.745)
Constraprestação a restituir	(20.147)	-
Comercialização sobre operações	(281.274)	123.077
Tributos e encargos sociais a recolher	1.582.885	(495.760)
Débitos diversos	1.074.779	(346.441)
Outros	1.869.609	69.220
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.958.295)	(16.989.998)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	40.844.779	37.425.983
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adição de ativo imobilizado	(4.457)	(1.977)
Aumento de capital em controladas	(33.146.922)	(30.974.215)
Recebimento da vendas de bens do ativo imobilizado	1.000	-
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento	(33.150.379)	(30.976.192)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(7.000.000)	(5.950.000)
Pagamentos de arrendamentos	(349.749)	(349.749)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento	(7.349.749)	(6.299.749)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	344.647	150.041
Saldos do caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	2.085.280	1.740.633
No início do exercício	1.740.633	1.590.592
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	344.647	150.041

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

O Plano de Saúde Ana Costa Ltda. (Sociedade ou Operadora) é uma sociedade civil de responsabilidade limitada, fundada em 23 de outubro de 1998, com fins lucrativos, com sede na Avenida Ana Costa, 468, e tem como finalidade a operação de planos privados de assistência à saúde, individual, familiar, coletivos e odontológicos, utilizando meios de execução exclusivo do credenciamento de terceiros (vide Nota Explicativa nº 11).

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade era controlada indiretamente pela UnitedHealthCare International IV S.A.R.L, através do Polar II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Polar II”) que detinha 100% do capital social da Amil (controladora da Sociedade), tendo como controlador final a UnitedHealth Group Incorporated (“UHG”), companhia americana com ações negociadas na Bolsa de Nova York. Em 06 de fevereiro de 2024 o controle da Amil e suas controladas foi transferido para o Sr. José Seripieri Filho.

A perspectiva da Sociedade é contribuir para as grandes mudanças necessárias ao sistema de saúde brasileiro, contemplando a educação dos clientes que utilizam os serviços de saúde; o monitoramento da eficiência dos prestadores de serviços médicos; a responsabilidade legal e ética dos integrantes de toda a cadeia produtiva da saúde suplementar; os modelos de remuneração vigentes; e a formação dos profissionais.

2. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

2.1. Base de elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com o modelo de publicação estabelecido pela Resolução Normativa ANS nº 528/22 e alterações posteriores.

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), mas serão aplicáveis às operadoras de saúde somente quando aprovadas pela ANS. Destas normas apenas o CPC 50 – Contratos de seguros ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações contábeis. No momento não é possível estimar quando a ANS irá aprovar este pronunciamento do CPC e, nem tampouco, se a utilização do mesmo será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações contábeis. Dessa forma, estas demonstrações contábeis não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

Conforme CPC 36 (R3), a Sociedade não está apresentando demonstrações contábeis consolidadas, em linha com o permitido pela legislação societária e considerando o seguinte:

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em reais)

(i) a controladora é ela própria uma controlada integral da Amil Assistência Médica Internacional S.A. (“AMIL” ou “Controladora”); (ii) não possui instrumentos dívida ou patrimoniais negociados publicamente; (iii) não arquivou e nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador; e (iv) a controladora final (Amil) elabora e apresenta demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos do CPC.

A diretoria do Plano de Saúde Ana Costa revisou, discutiu, aprovou e autorizou a publicação das demonstrações contábeis em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2. Reconhecimento da receita e custo com prestação de serviços

As receitas com serviços prestados englobam as contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde. Estas receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre as vendas. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – *pro rata dia* – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

Os custos com serviços prestados englobam os eventos indenizáveis, serviços médico-hospitalares e odontológicos prestados pela rede credenciada aos beneficiários dos planos de assistência à saúde comercializados. Os eventos indenizáveis são reconhecidos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte destas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão.

2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade.

2.4. Disponível

Inclui caixa e depósitos bancários, que são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

2.5. Aplicações financeiras

Incluem aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

A Sociedade mantém aplicações financeiras garantidoras, vinculadas e lastreadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS (vide Nota Explicativa nº 5).

2.6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

As contraprestações pecuniárias a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações de operações de planos de assistência à saúde.

2.7. Investimentos

A participação em sociedade controlada é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. (vide Nota Explicativa nº 11).

2.8. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, as taxas são mencionadas na Nota Explicativa nº 12.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.9. Arrendamentos

A Sociedade aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) (IFRS 16) a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme aprovação da ANS.

No início de um contrato, a Sociedade avalia se ele é ou inclui um arrendamento. Quando aplicável reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e os passivos para o fluxo futuro dos contratos celebrados, pelo fato de serem eles que transmitem o direito de obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período em troca de aluguéis ou contraprestações.

Nos casos aplicáveis um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. E nos casos aplicáveis também é reconhecida uma estimativa de custos para restauração a serem incorridos para desmontagem na entrega do ativo às condições requeridas pelos termos do contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear a partir da data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela Sociedade. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao captar recursos por prazo e garantia semelhantes.

A Sociedade possui operações de arrendamento de imóveis. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferentes.

2.10. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de *impairment*)

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

A Administração revisa anualmente, ou sempre que surgirem indícios de *impairment*, o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.11. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

- a) Ativos contingentes** – Reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- b) Passivos contingentes** – Provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;
- c) Obrigações legais** – Registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Sociedade questiona a exigibilidade de tributos.

2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Tributos correntes

A provisão para os tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável. A Sociedade apura o lucro tributável com base no lucro real. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois é ajustado por adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do mencionado lucro excedente a R\$240 no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A provisão e a despesa dos tributos sobre a renda são calculadas individualmente por sociedade, observadas as alíquotas vigentes em cada jurisdição, com base na legislação tributária em vigor, promulgada até a data de encerramento do exercício, cujos efeitos devam ser refletidos nesse mesmo exercício.

A Administração avalia periodicamente a legislação tributária em vigor, submetendo-a às melhores técnicas interpretativas e decisões internas sobre procedimentos e pagamentos às autoridades fiscais.

b) Tributos diferidos

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os tributos diferidos ativos são registrados em decorrência das diferenças temporárias dedutíveis, e/ou saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável, sempre que a Sociedade tiver expectativa de lucro tributável futuro, em montante suficiente para utilização das diferenças temporárias dedutíveis e/ou compensação de prejuízos fiscais.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período do relatório conforme disposições e critérios contidos na regulamentação da ANS e no CPC 32. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

c) Tributos sobre a renda correntes e diferidos

Os tributos correntes e diferidos sobre a renda são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a registros em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que seguem o mesmo critério de reconhecimento contábil. Especificamente, no caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Os detalhes estão divulgados nas Notas Explicativas nºs 10 e 15.

2.14. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Constituídas de acordo com pronunciamentos emitidos pela ANS, estas provisões são representadas pela: **(i)** Provisão de Contraprestação Não Ganha (PCNG), constituída pela parcela de contraprestação referente ao período de risco a decorrer no mês de competência; **(ii)** Provisão de Eventos a Liquidar (PEL), calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pelas operadoras. Inclui o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS); **(iii)** Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), calculada com base em metodologia diferenciada, consubstanciada em nota técnica atuarial; **(iv)** Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) – SUS, constituída com base em metodologia estabelecida ANS; e **(vi)** Provisão para Insuficiência de Contraprestações (PIC), calculada com base em metodologia estabelecida pela ANS.

Nos anos de 2024 e 2023, não foram necessárias a constituição da PIC pela Sociedade, conforme RN 476/21 (vide Nota Explicativa nº 13).

2.15. Receita antecipada de contraprestação

Basicamente, contraprestações emitidas e pagas antecipadamente ao seu período de cobertura. Este passivo está representado pela obrigação de prestar o serviço e caso não se concretize, pela devolução do dinheiro recebido.

2.16. Reconhecimento do compartilhamento de risco entre operadoras

Regulamentada pela RN/ANS nº 517/2022 o compartilhamento de riscos envolve mecanismos para gerenciar riscos entre as empresas que oferecem planos de saúde, criando regras protetivas para contratantes e para operadoras de planos de saúde.

Conforme a norma, Sociedade enquadra-se como operadora prestadora, ou seja, aquela que detém vínculo contratual com a rede prestadora de serviços de assistência à saúde.

As receitas decorrentes das faturas emitidas são reconhecidas no resultado da Sociedade no grupo “Contraprestação Emitida” e os custos referentes aos atendimentos dos beneficiários são registrados no grupo “Eventos avisados”, conforme plano de contas padrão ANS.

2.17. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 27, a Sociedade classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos nas categorias: 1) Valor Justo por meio do Resultado; e 2) Custo amortizado.

Impairment de ativos financeiros – A Sociedade avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os prejuízos de *impairment* são incorridos como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por *impairment*, a Sociedade mensura a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão na demonstração do resultado.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Sociedade baixa seus passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do exercício.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade contrata instrumentos financeiros derivativos somente para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda, não realizando qualquer outra operação de derivativos ou de caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não houve operações com instrumentos financeiros derivativos.

2.18. Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros, onde os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. As principais estimativas e julgamentos utilizados pela Administração que tiveram efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o lucro

A Sociedade reconhece os ativos e passivos fiscais diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Sociedade revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o resultado histórico gerador e o resultado tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Vida útil dos bens do imobilizado de vida útil definida

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.8 a Sociedade revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado de vida útil definida anualmente.

c) Provisões para ações judiciais

A Sociedade reconhece provisão para ações judiciais tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17. Estas provisões são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela diretoria jurídica da Sociedade. O registro das provisões para ações judiciais ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as provisões para ações judiciais serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Especificamente, com relação às provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 24 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda.

d) Provisão de eventos ocorridos e não avisados

A Sociedade constitui Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) usando o cálculo a partir da estimativa final dos eventos já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos eventos avisados nos últimos 12 meses para assistência médica à saúde e nos últimos 36 meses para a assistência odontológica, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

e) Provisão para perdas estimadas sobre contraprestação pecuniárias a receber

A provisão para perdas estimadas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais, conforme regra ANS.

f) Arrendamentos

O contrato da Sociedade não tem informações suficientes para determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada. Portanto, é utilizada como taxa incremental a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar em captações para aquisições de ativos de valores similares com prazos, garantias e ambiente econômico semelhantes.

2.19. Teste de Adequação de Passivos (TAP)

Conforme a Resolução Normativa – RN nº 528, de 29 de abril de 2022, o TAP para a data-base 2024, utiliza métodos atuariais, estatísticos e financeiros com base em considerações realistas para estimar o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de planos de saúde na modalidade de pré-pagamento. Nos exercícios de 2024 e 2023 não houve a obrigatoriedade de divulgação do Teste de Adequação de Passivo (TAP), pois, a Sociedade está classificada como operadora de médio porte.

Somente estão obrigadas a evidenciar a realização anual do TAP nas notas explicativas as operadoras de grande porte, conforme Resoluções Normativas – nº 528/22 da ANS.

3. Novas normas contábeis emitidas e/ou revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- IFRS 18/CPC 26 (R1) – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras: A norma determina que as entidades classifiquem todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Foram feitas também alterações no IAS 7 (CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa) incluindo a mudança no ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional”. Além disso, foi removida a opção de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em reais)

- IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações: a norma permite a entidades elegíveis aplicar requisitos de divulgação reduzidos, enquanto mantém os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões IFRS. Para ser elegível, a entidade deve ser controlada conforme o IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não ter responsabilidade pública e ser controlada por uma empresa que prepare demonstrações contábeis em conformidade com os IFRS.

A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

- Alterações no CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: A atualização do CPC 18 permite o uso do método da equivalência patrimonial (MEP) para investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, alinhando as normas brasileiras com as internacionais. Essa mudança harmoniza as práticas contábeis, sem gerar impactos materiais, focando em ajustes de redação e atualização das referências normativas.

A ICPC 09 estava desatualizada, pois não tem correspondência direta com as normas do IASB. Por isso, foram feitas alterações para alinhar sua redação com as atualizações mais recentes dos documentos emitidos pelo CPC

A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: As mudanças buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre o tratamento de moedas não conversíveis, que devem ser avaliadas com base no propósito da transação e, se não conversíveis, a taxa de câmbio deve refletir as condições de mercado. Em situações de com múltiplas taxas, deve -se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis.

A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Sociedade não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. A Administração entende que estas normas não produzirão impactos significativos nas demonstrações contábeis futuras.

Normas ANS que entraram em vigor em 2024

Resolução Normativa nº 594 de 20 de dezembro de 2023

Altera a Resolução Normativa ANS nº 527, de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa ANS nº 528, de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa ANS nº 569, de 19 de dezembro de 2022; a Resolução Normativa nº 523, de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa nº 522, de 29 de abril de 2022; e a Resolução Normativa nº 518, de 29 de abril de 2022, que retratam assuntos diversos a serem aplicados pelas operadoras de Planos de Saúde Suplementar.

Resolução Normativa nº 597 de 16 de janeiro de 2024

A Resolução Normativa ANS nº 597/2024 estabelece novos critérios para constituição de Provisões Técnicas ligadas a PEONA SUS, reduzindo de 80% para 66% do total de eventos visados nos últimos vinte e quatro meses, referentes aos procedimentos realizados na rede assistencial do Sistema (SUS), a serem observados pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde, trazendo uma redução de custos para a Sociedade que altera a Resolução Normativa n.º 574, de 28 de fevereiro de 2022.

Resolução Normativa nº 601 de 06 de março de 2024

Altera a Resolução Normativa ANS nº 521, de 29 de abril de 2022 que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar.

A mudança altera a necessidade de ativos garantidores para: débitos referentes aos processos de ressarcimento ao SUS sem inscrição em Dívida Ativa e sobrestados administrativamente, em virtude da decorrência de mais de cinco anos do vencimento da GRU emitida; débitos referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos referentes a operações de planos em preço pós-estabelecido que tenham como contrapartida créditos a receber de contraprestações pecuniária/prêmios de operações de planos em preço pós-estabelecido; débitos do ressarcimento ao SUS dos Avisos de Beneficiários Identificados- ABI notificados e ainda sem a emissão das respectivas Guias de Recolhimento da União (GRU) pela ANS; e valores registrados na Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio (PIC).

Resolução Normativa nº 614 de 02 de outubro de 2024

Altera a Resolução Normativa ANS nº 521, de 29 de abril de 2022 que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar. A mudança aumenta de 20% para 50% o limite de ativos garantidores em imóveis assistenciais.

Normas ANS que entrarão em vigor em 2025

Não há nenhuma norma econômico-financeira publicada até a presente data, que entrará em vigor em 2025.

4. Disponibilidades

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	816	1.050
Bancos conta movimento	27.746	24.976
Aplicações de Liquidez Imediata (i)	<u>2.056.718</u>	<u>1.714.607</u>
Total	<u>2.085.280</u>	<u>1.740.633</u>

- (i) As aplicações financeiras em fundos de investimentos abertos são realizadas de acordo com a política de investimentos definida pela Administração. Estão sujeitas a variações nas taxas de juros do mercado financeiro, ao risco de crédito de seus emissores, e estão indexadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O valor de mercado das quotas destes investimentos financeiros foi apurado com base nos valores de quotas destes fundos, informados pelos administradores dos respectivos fundos. Em 2024, o rendimento médio ficou em 106,6% do CDI, e em 2023 ficou em 85%.

5. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações livres		
Fundos de investimentos abertos (ii)	<u>22.145.389</u>	<u>35.325.029</u>
Subtotal	<u>22.145.389</u>	<u>35.325.029</u>
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		
Vinculadas (i)		
Fundos de investimentos abertos (ii)	<u>43.099.664</u>	<u>39.159.146</u>
Subtotal	<u>43.099.664</u>	<u>39.159.146</u>
Total	<u>65.245.053</u>	<u>74.484.175</u>

- (i) A Sociedade, de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 573/23, constituiu ativos garantidores em favor da ANS com aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, essas aplicações financeiras foram compostas por quotas de fundos de investimento dedicados ao setor de saúde suplementar. Os ativos garantidores foram constituídos em montante suficiente como determinado pela ANS;
- (ii) As aplicações financeiras em fundos de investimentos abertos são realizadas de acordo com a política de investimentos definida pela Administração. Estão sujeitas a variações nas taxas de juros do mercado financeiro, ao risco de crédito de seus emissores, e estão indexadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O valor de mercado das quotas destes investimentos financeiros foi apurado com base nos valores de quotas destes fundos, informados pelos administradores dos respectivos fundos.
- Em 2024, o rendimento das aplicações financeiras da Sociedade ficou na média de 106,6% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2023, 97,17% do CDI.

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O saldo deste grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde, líquidas das perdas esperadas, conforme segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Planos médico-hospitalares		
Planos coletivos	1.767.111	1.830.017
Planos individuais	1.865.772	2.285.314
Subtotal	3.632.883	4.115.330
Planos odontológicos		
Planos coletivos	-	316
Planos individuais	2.968	2.761
Subtotal	2.968	3.077
Participação de beneficiários em eventos indenizáveis	507.577	335.088
Total	4.143.428	4.453.496
Provisão para perdas sobre créditos	(611.485)	(682.420)
Total líquido	3.531.943	3.771.076

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	1.003.286	835.555
Vencidos		
Até 30 dias	2.062.283	2.507.636
De 31 a 60 dias	551.847	545.047
De 61 a 90 dias	157.656	188.184
Há mais de 90 dias	368.357	377.074
Subtotal	3.140.143	3.617.941
Total	4.143.428	4.453.496

Movimentação da provisão para perdas:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos no início do exercício	682.420	691.373
Constituições e reversões	1.314.501	1.520.856
Baixas	(1.385.436)	(1.529.809)
Saldos no fim do exercício	611.485	682.420

7. Créditos tributários e previdenciários

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
INSS	7.557	7.557
IRPJ e CSLL	-	66.279
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (i)	2.768.484	785.844
PIS e COFINS Diferidos(ii)	404.550	519.327
ISS	116	-
Total	<u>3.180.707</u>	<u>1.379.007</u>

- (i) Os valores são referentes aos saldos negativos de IRPJ e CSLL, os quais serão compensados com demais tributos federais, ao longo de 2025;
- (ii) Créditos de PIS e Cofins sobre o saldo das contas contábeis de eventos a liquidar.

8. Bens e títulos a receber

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Notas promissórias	2.699.176	2.030.043
Cheques em cobrança	143.548	143.548
Acordo judicial	277.706	278.948
PPSC	(2.484.946)	(1.940.725)
Estoque	399	399
Subtotal	<u>635.883</u>	<u>512.214</u>
Adiantamentos	88.361	64.845
Outros valores a receber	63.579	69.693
Subtotal	<u>151.940</u>	<u>134.538</u>
Total	<u>787.823</u>	<u>646.752</u>

Movimentação da provisão para perdas:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos no início do exercício	1.940.725	1.651.346
Constituições e reversões	606.973	289.379
Baixas	(62.752)	-
Saldos no fim do exercício	<u>2.484.946</u>	<u>1.940.725</u>

9. Despesas antecipadas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prêmios de seguros	14.354	9.261
Licença de software	135.803	145.493
Benefícios a apropriar	130.171	110.628
Assistência odontológica - AMIL	5.234	3.106
Despesas diversas	3.920	16.440
Total	<u>289.482</u>	<u>284.928</u>

10. Ativo fiscal diferido e provisões para tributos diferidos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para contingências	1.176.486	1.610.012
Provisão para perdas sobre créditos	1.052.787	891.869
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	-	982.873
Direito de uso de arrendamento	66.485	22.829
Outros ativos fiscais diferidos	202.607	24.487
Ativos fiscais diferidos	<u>2.498.365</u>	<u>3.532.070</u>

Refletido no balanço patrimonial da seguinte forma:

IRPJ diferido	1.837.033	2.597.110
CSLL diferida	661.332	934.960
	<u>2.498.365</u>	<u>3.532.070</u>

A Sociedade elabora estudo técnico, ao final de cada exercício social, de realização futura do ativo fiscal diferido. Anualmente esse estudo sofre atualizações, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis no contexto das principais variáveis de seus negócios. De acordo com estas projeções, estima-se que o ativo referente ao imposto de renda e a contribuição social diferidos será realizado nos seguintes prazos:

	<u>31/12/2024</u>
2025	1.146.821
2026	417.724
2027	154.575
2028	154.575
2029	154.575
2030 em diante	470.095
Total	<u>2.498.365</u>

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
 em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em reais)

11. Investimentos

				31/12/2024	31/12/2023
	Resultado	Patrimônio líquido (i)	Participação no capital (%)	Participação no capital (ii)	Participação no capital
Participações societárias em rede assistencial					
Hospital Ana Costa S.A.	(8.305.132)	129.687.028	75,79%	101.376.628	74.162.068
Total				101.376.628	74.162.068

- (i) O valor do patrimônio líquido em dezembro de 2024 é composto por capital social de R\$ 116.959.749 e Afac de R\$ 12.727.279.
 (ii) Inclui Afac no montante de R\$ 12.727.279.

A movimentação do saldo do investimento da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	Aumento de 31/12/2023 Capital (iii)	Adiantamento para futuro aumento de Capital (ii)	Equivalência Patrimonial (i)	Ganhos/Perdas com Investimento Controlada	31/12/2024
Investimento					
Participações societárias					
Hospital Ana Costa S.A.	74.162.068	20.419.644	12.727.279	(6.040.976)	108.614
					101.376.628

- (i) O resultado de equivalência patrimonial está registrado na rubrica "Resultado patrimonial" do Resultado do Exercício, em atendimento ao plano de contas ANS, juntamente a venda de imobilizado de R\$ 1.000;
 (ii) Adiantamentos para futuro aumento de capital que serão integralizados em 2025;
 (iii) Aportes de capital no ano de 2024, conforme os boletins de subscrição nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 30 de abril de 2024, 13 de junho de 2024, 10 de julho de 2024 e 28 de novembro de 2024. Sendo esse demonstrado pelo valor líquido dos Afacs reconhecidos anteriormente.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
 em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em reais)

A movimentação do saldo do investimento da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	Aumento de		Adiantamento	Equivalência	Ganhos/Perdas	
	31/12/2022	Capital (iii)	para futuro	Patrimonial	com	
			aumento de	(i)	Investimento	31/12/2023
			Capital (ii)		Controlada	
Investimento						
Participações societárias						
Hospital Ana Costa S.A.	77.368.152	31.731.518	(757.303)	(33.708.173)	(472.126)	74.162.068

- (i) O resultado de equivalência patrimonial está registrado na rubrica “Resultado patrimonial” do Resultado do Exercício, em atendimento ao plano de contas ANS;
- (ii) Adiantamentos para futuro aumento de capital, que foram parcialmente integralizados em 2023;
- (iii) Aporte de capital no ano de 2023, conforme os boletins de subscrição nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 27 de abril de 2023 e 21 de dezembro de 2023.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
 em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em reais)

12. Imobilizado

			31/12/2024	31/12/2023
	Taxa média de depreciação anual (%)	Custo líquido de impairment	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado - não hospitalares /odontológicos				
Instalações	10	109.115	(39.400)	69.715
Sistemas de comunicação	10	69.201	(56.548)	12.653
Equipamentos de informática	20	273.072	(248.142)	24.931
Móveis e utensílios	10	131.903	(126.557)	5.346
Máquinas e equipamentos	10	48.331	(36.581)	11.750
Subtotal		631.622	(507.227)	124.395
Direito de uso de arrendamentos (i)		2.100.043	(1.031.706)	1.068.338
Subtotal		2.100.043	(1.031.706)	1.068.338
Total		2.731.665	(1.538.933)	1.192.733

(i) Aluguel de imóveis. Inclui provisão para custos de restaurações (vide Nota Explicativa nº 16.1). Depreciado pelo prazo do arrendamento.

Movimentação do imobilizado:

	Terrenos, edifícios, instalações e benfeitorias	Equipamentos, máquinas, móveis e utensílios	Sistemas de Comunicação	Direito de uso de arrendamentos	Total
Saldos em 31/12/2022	91.255	86.429	16.929	462.845	657.459
Adições	-	1.977	-	103.467	105.444
Baixas (i)	-	(389)	-	-	(389)
Depreciação	(10.798)	(29.428)	(2.138)	(412.255)	(454.619)
Saldos em 31/12/2023	80.457	58.589	14.791	154.057	307.895
Adições	-	4.457	-	1.291.556	1.296.013
Baixas (i)	-	-	-	-	-
Depreciação	(10.742)	(21.021)	(2.138)	(377.275)	(411.175)
Saldos em 31/12/2024	69.715	42.025	12.653	1.068.338	1.192.733

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Administração da Operadora não constatou a necessidade de contabilização de provisão para perdas sobre esses ativos (“impairment”).

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
 em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em reais)

13. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

13.1. Provisões técnicas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão de contraprestação não ganha (i)	10.113.633	9.765.159
Provisão de eventos a liquidar para SUS (ii)	7.904.257	7.613.882
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais (iii)	8.029.160	8.958.510
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (iv)	12.229.882	9.423.913
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) - SUS (v)	1.135.871	1.317.612
Total	<u>39.412.803</u>	<u>37.079.075</u>
Circulante	32.607.839	32.143.720
Não Circulante	6.804.964	4.935.355
Total	<u>39.412.803</u>	<u>37.079.075</u>

Movimentação das provisões técnicas:

	Provisão de contraprestação não ganha	Provisão de eventos a liquidar para o SUS e para outros prestadores de serviços	Provisão de eventos ocorridos e não avisados	Total	Não circulante	
					Provisão de eventos a liquidar para o sus	Total geral
Saldos em 31/12/2022	8.894.758	12.493.882	11.667.512	33.056.151	5.723.395	38.779.547
Constituições	436.401.825	251.189.098	1.265.871	688.856.794	-	688.856.794
Reversões	(434.988.883)	(5.244.490)	(2.191.858)	(442.425.229)	-	(442.425.229)
Encargos SUS	-	1.882	-	1.882	-	1.882
Baixas / pagamentos	(542.542)	(246.803.336)	-	(247.345.878)	(788.040)	(248.133.918)
Saldos em 31/12/2023	9.765.159	11.637.037	10.741.525	32.143.720	4.935.355	37.079.075
Constituições	351.355.636	278.656.418	3.033.641	633.045.698	1.880.328	634.926.026
Reversões	(350.186.277)	(5.437.600)	(409.414)	(356.033.291)	-	(356.033.291)
Encargos SUS	(820.885)	(275.727.403)	-	(276.548.288)	(10.719)	(276.559.007)
Saldos em 31/12/2024	<u>10.113.633</u>	<u>9.128.452</u>	<u>13.365.752</u>	<u>32.607.839</u>	<u>6.804.964</u>	<u>39.412.803</u>

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
 em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em reais)

13.2. Garantia das provisões técnicas

Os recursos garantidores vinculados e lastreados das provisões técnicas da Sociedade estão aplicados de acordo com as determinações contidas na legislação vigente e estão compostos por:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos garantidores		
Depósitos judiciais - Eventos indenizáveis	6.804.964	6.016.339
Aplicações financeiras vinculadas (i)	43.099.664	39.159.146
Ressarcimento ao SUS (adimplência + débitos parcelados + RN392)	428.459	373.007
(-) Débitos Pendentes Vencidos há mais de 5 anos	861.259	830.311
Total	<u>51.194.347</u>	<u>46.378.804</u>
Provisões técnicas		
PEONA	(13.365.753)	(10.741.525)
Eventos a liquidar avisados até 60 dias	(15.922.393)	(16.449.018)
Eventos a liquidar avisados há mais de 60 dias	(11.023)	(123.373)
Total	<u>(29.299.169)</u>	<u>(27.313.916)</u>
Suficiência de vínculo dos ativos garantidores	<u>21.895.178</u>	<u>19.064.888</u>

(i) O Plano de Saúde Ana Costa possui Autorização Prévia Anual (APA), podendo movimentar livremente seus ativos garantidores, ficando dispensada de fazer pedidos à ANS para cada necessidade de resgate de suas aplicações de ativos garantidores.

14. Débitos de operações de assistência à saúde

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contraprestações a restituir	141.583	161.731
Receita antecipada	732.282	621.337
Débitos de comercializações	303.690	584.964
Total	<u>1.177.555</u>	<u>1.368.031</u>

15. Tributos e encargos sociais correntes

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRRF	1.263.084	1.215.063
ISS	597.957	498.122
Retenção Lei 10.833	311.229	309.815
PIS e COFINS	206.104	301.673
INSS e FGTS	290.593	199.580
Outros	18.341	13.542
Total	<u>2.687.308</u>	<u>2.537.794</u>

16. Débitos diversos

	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Outras obrigações com pessoal (ii)	1.729.488	-	1.117.740	-
Fornecedores (i)	232.407	-	237.148	-
Parte Relacionada -AMIL	5.234	-	3.106	-
Arrendamentos (iv)	376.750	887.130	221.201	-
Outros Débitos (iii)	314.244	-	35.048	-
Total	<u>2.658.123</u>	<u>887.130</u>	<u>1.614.242</u>	<u>-</u>

- (i) Fornecedores não rendem juros e são geralmente liquidados em prazos de 90 dias;
 (ii) Obrigações com pessoal incluem férias que têm prazos médios de até dois anos;
 (iii) Outros débitos a pagar rendem juros e são geralmente liquidados em prazos de 30 a 120 dias;
 (iv) Arrendamento mercantil. Vide Nota Explicativa nº 16.1.

16.1. Arrendamentos de imóveis

Na adoção inicial do CPC 06 (R2) "Arrendamentos", em 1º de janeiro de 2022, a Sociedade optou por mensurar os ativos de direito de uso por um valor presente igual ao passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento acumulados que existiam na data de transição. A média ponderada da taxa incremental aplicada para os passivos financeiros do arrendamento é de 13,50%.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
 em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em reais)

Os arrendamentos contratados são apresentados a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos no início do exercício	221.201	401.497
Adições de novos contratos	-	135.626
Atualizações contratuais	1.291.556	-
Juros	100.872	33.826
Pagamento	(349.749)	(349.749)
Saldos no fim do exercício	<u>1.263.880</u>	<u>221.201</u>
Passivo circulante	376.750	221.201
Passivo não circulante	887.130	-
	<u>1.263.880</u>	<u>221.201</u>

Em 31 de dezembro de 2024, os montantes referentes a arrendamento de imóveis têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>31/12/2024</u>
2025	376.750
2026	277.588
2027	315.922
2028	293.620
Total	<u>1.263.880</u>

17. Provisões para ações judiciais

17.1. Ações judiciais com risco de perda provável

A Sociedade constitui provisão para ações judiciais com base na opinião de seus assessores jurídicos. Processos com risco de perda provável são integralmente provisionados. Os valores contabilizados estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Trabalhistas (ii)	128.211	198.535
Cíveis (i)	3.332.042	4.165.795
Regulatórias (i)	427.768	371.000
Provisões para outras contingências	219.064	212.276
Total	<u>4.107.085</u>	<u>4.947.606</u>

(i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes;

(ii) Reclamações trabalhistas, como vínculo empregatício e horas extras.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
 em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em reais)

Movimentação da provisão para ações judiciais

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos no início do exercício	4.947.606	5.482.550
Constituições	4.517.800	6.081.544
Reversões / baixas	(5.358.320)	(6.616.488)
Saldos no fim do exercício	4.107.086	4.947.606

17.2. Ações judiciais com risco de perda possível

A Sociedade classifica as contingências com prognóstico de perda possível com base em fatos específicos que a suportem, sempre levando em consideração a existência de jurisprudência pacificada, de documentos que comprovem a correção do procedimento da Sociedade e, que, portanto, não significará provável saída de recurso para pagamento.

A Sociedade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cível (i)	4.565.299	4.625.739
Tributária (ii)	-	1.393.856
Regulatórias (i)	351.547	485.000
Total	4.916.846	6.504.595

- (i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes, processos regulatórios são as multas administrativas – ANS;
- (ii) Processos administrativos e judiciais tributários.

17.3. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais da Sociedade estão correlacionados às provisões e passivos contingentes. São garantidores de potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cíveis	4.111.686	3.064.122
Eventos indenizáveis (SUS) (i)	6.804.964	4.935.355
Trabalhistas	108.358	129.152
Multas administrativas - ANS	-	1.080.984
Bloqueio de valor para ordem judicial	1.040.685	839.884
Total	<u>12.065.693</u>	<u>10.049.497</u>

- (i) Depósitos judiciais oferecidos em garantia das provisões técnicas da Sociedade, cuja obrigação legal é de restituir as despesas de eventos incluindo SUS, no eventual atendimento de seus beneficiários, que estejam cobertos pelos respectivos planos.

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Capital Social subscrito e integralizado, está representado por 25.106.551 (vinte e cinco milhões, cento e seis mil, quinhentos e cinquenta e uma), quotas com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, representando um capital social de R\$ 25.106.551 (vinte e cinco milhões, cento e seis mil, quinhentos e cinquenta e um reais) pertencentes a pessoas jurídicas, físicas, brasileiras, residentes e domiciliadas no país.

18.2. Reserva de lucros

Em 2024 a Sociedade constituiu reserva de lucros, de R\$ 25.403.739 do lucro líquido apurado, e em 2023 constituiu o valor de R\$ 4.429.897.

18.3 Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 2024 a Sociedade aprovou a distribuição de JCP do exercício social corrente, calculados com base no Balanço Patrimonial levantado em 30 de novembro de 2024. Os JCP foram creditados às sócias quotistas Amil e Santos Administração e Participações S.A. no valor total bruto de R\$ 7.000.000, conforme Ata de reunião de sócios realizada em 27 de dezembro de 2024. Em 2023, também houve a distribuição de JCP no valor total bruto de R\$ 7.000.000, aprovado conforme Ata de reunião de sócios realizada em 21 de dezembro de 2023.

18.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Contempla os valores de ganhos e perdas por variações na participação no capital de não controladores.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
 em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em reais)

19. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros, sendo as principais sumariadas a seguir:

Descrição	Transação	Categoria	31/12/2024			
			Ativo		Passivo	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Amico	Provisões técnicas		-	-	17.050	-
HAT	Provisões técnicas		-	-	59.150	-
HAC	AFAC	Coligada Direta	-	12.727.279	-	-
HAC	Provisões técnicas	Coligada Direta	-	-	66.354	-
Amil	Assistência Odontológica		-	-	5.234	-
			-	12.727.279	147.788	-

Descrição	Transação	Categoria	31/12/2023			
			Ativo		Passivo	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Amico	Provisões técnicas		-	-	252.718	-
HAT	Provisões técnicas		-	-	117.760	-
HAC	AFAC	Coligada Direta	-	29.034.843	-	-
HAC	Contrap. a receber	Coligada Direta	40.342	-	-	-
HAC	Provisões técnicas	Coligada Direta	-	-	50.081	-
Amil	Assistência Odontológica		-	-	3.106	-
			40.342	29.034.843	423.664	-

Descrição	Transação	Categoria	Receita		Custo/Despesa	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
			Amico	Provisões técnicas	-	-
Esho	Provisões técnicas	-	-	180.453	27.791	
HAC	Contraprestações	6.407.035	6.590.957	-	-	
HAC	Provisões técnicas	-	-	158.753.811	131.757.256	
HAT	Provisões técnicas	-	-	502.002	509.442	
HSH	Provisões técnicas	-	-	-	400	
Optum	Assistência Psicossocial	-	-	6.742	5.184	
Amil	Assistência Odontológica	-	-	29.038	19.438	
		6.407.035	6.590.957	160.333.914	133.130.671	

20. Outras receitas operacionais com planos de saúde da operadora

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de assistência a saúde não relacionadas com planos de saúde	254.236	230.251
Outras receitas operacionais de planos de assistência a saúde		
Multa recebida por cancelamento de contrato	172.126	127.465
Reversão da Prov. s/ Contrap. Pecuniárias Assist. médica	2.340.018	2.052.025
Reversão da Prov. s/ Contrap. Pecuniárias Assist. odonto	1.750	1.248
Outras receitas (despesas)	240	480
Subtotal	2.514.134	2.181.218
Total	2.768.370	2.411.468

21. Resultado financeiro líquido

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas financeiras		
Encargos s/ pagamentos em atraso	(4.872)	(17.003)
Provisão de Juros - SUS	(341.818)	(409.402)
Juros sobre o passivo de arrendamento	(100.872)	(33.826)
Tarifas bancárias	(7.561)	(14.666)
Despesas Impostos s/ trans. Financeiras	(2.170)	(2.431)
Outras	(1.493)	(14.216)
Subtotal	(458.786)	(491.544)
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	8.366.248	10.810.283
Encargos s/ recebimentos em atraso (i)	1.274.206	1.252.464
Receita c/ Dep. Jud.e.Fiscais (ii)	1.902.766	5.796
Atualização de créditos tributários	353.586	98.490
Descontos obtidos	99.166	208.974
Outras	3.886	483.349
Subtotal	11.999.858	12.859.357
Total líquido	11.541.072	12.367.813

- (i) Valores de multas e juros sobre os recebimentos em atraso das contraprestações pecuniárias;
 (ii) Atualizações monetárias dos depósitos judiciais referente aos processos relativos ao SUS e sobre os processos que foram levantados em função dos encerramentos.

22. Outras receitas (despesas) operacionais com planos de assistência à saúde

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outras despesas operac.com planos de Assist.médico hospitalar		
Despesas com Cobrança	(3.622)	(5.166)
Despesas com Serviços Prestados por Terceiros	(292.401)	(292.401)
Outras Despesas	(2.365.480)	(2.262.947)
Despesas Judiciais de Eventos Médico-Hospitalares	833.753	(691.947)
Outras Despesas de Operações de Assistência Odontológica		
Despesas com Cobrança	(337.273)	(379.321)
Outras Despesas	(5.906)	(2.753)
sub-total	(2.170.929)	(3.634.534)
Provisão para perdas sobre créditos		
Provisão s/Contraprest. Pecuniárias a Receber	(31.870.003)	(28.467.090)
(-) Reversão da Prov. Contraprest. Pecuniárias a Receber	29.054.950	26.133.391
sub-total	(2.815.053)	(2.333.699)
Total	(4.985.982)	(5.968.233)

23. Despesas administrativas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pessoal	(12.990.872)	(8.637.401)
Serviços de terceiros (i)	(996.768)	(1.397.757)
Localização e funcionamento (ii)	(2.172.394)	(1.948.646)
Depreciação e amortização	(411.175)	(313.117)
Publicidade e propaganda	(140.369)	(53.802)
Tributos	(203.671)	(169.985)
Judicial (iii)	(3.126.673)	(973.120)
Outras	(381.931)	(130.737)
Total	(20.423.853)	(13.624.564)

- (i) Serviços advocatícios, segurança patrimonial, armazenagem de documentos e mão de obra terceirizada, entre outros;
- (ii) Utilização e manutenção das instalações da Sociedade, como luz, água, serviços de manutenção, serviços de informática etc.;
- (iii) Provisões e reversões de despesas judiciais cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. Incluindo multas ANS.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
 Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
 em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em reais)

24. Eventos indenizáveis líquidos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Plano individual/familiar	(108.117.701)	(103.799.721)
Plano coletivo por adesão	(8.330.616)	(10.089.866)
Plano coletivo empresarial	(164.104.327)	(138.567.677)
Sistema único de saúde - SUS	(1.030.867)	(884.202)
Variação de provisão eventos ocorrido e não avisados - PEONA	(2.624.227)	925.987
Total	<u>(284.207.738)</u>	<u>(252.415.480)</u>

25. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurada conforme alíquotas nominais e no resultado do exercício estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	37.962.369	23.463.438
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	<u>(12.907.205)</u>	<u>(7.977.569)</u>
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Despesas indedutíveis (i)	(430.101)	(193.996)
Equivalência patrimonial	(2.053.932)	(11.460.779)
Juros Sobre Capital Próprio	2.380.000	2.380.000
Outras diferenças (ii)	452.609	(1.781.198)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(12.558.630)</u>	<u>(19.033.542)</u>
Alíquota fiscal efetiva	<u>33,08%</u>	<u>81,12%</u>

(i) Valores referentes às perdas indedutíveis, multas, brindes e patrocínios;

(ii) Em 2023, a maior parte do saldo se refere a reversão do imposto diferido.

26. Seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada as suas naturezas, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade possuía as seguintes principais apólices contratadas com terceiros:

Item	Tipo de cobertura	Valores segurados
Complexo administrativo e unidades hospitalares	Danos materiais às edificações, instalações, máquinas e equipamentos	800.000
Contratos (prestação de serviços, judicial ou locação)	Danos materiais	1.975.681
		2.775.681

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

27.1. Considerações gerais

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Modelos e informações de mercado são utilizadas para estimar os montantes de valor justo, que podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade com destaque para disponibilidades, inclui aplicações financeiras, arrendamentos e contas a pagar a fornecedores.

A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

27.2. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

27.2.1. Classificação

A Sociedade efetuou a avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais ativos financeiros da Sociedade consistem em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em reais)

Os principais passivos financeiros da Sociedade referem-se a obrigações com arrendamentos e fornecedores. O principal propósito dos arrendamentos, obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações.

27.2.2. Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo dos fornecedores é igual ao seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O passivo financeiro representado pelos arrendamentos e contas a pagar à fornecedores da Sociedade se encontram classificados como débitos diversos e são mensurados pelo custo amortizado.

Os valores justos e contábeis dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e suas respectivas classificações são os seguintes:

Ativos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Valor justo	Valor contábil
			31/12/2024	31/12/2024
Caixa e bancos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	28.562	28.562
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	67.301.771	67.301.771
Depósitos judiciais	Custo amortizado	-	11.025.008	11.025.008

Passivos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Valor justo	Valor contábil
			31/12/2024	31/12/2024
Débitos diversos	Custo amortizado	-	1.815.766	1.815.766

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

27.3. Gerenciamento de risco

A Sociedade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade, destacam-se:

a) Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes é atenuado pela venda a uma base pulverizada de clientes e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. A Sociedade também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado a partir da diversificação dos seus ativos e da análise e acompanhamento da qualidade de crédito dos emissores privados, conforme estabelecido por política interna de investimentos.

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em reais)

b) Risco de taxa de câmbio

Assim como as demais empresas atuantes no setor de saúde suplementar, a Sociedade também está sujeita aos efeitos da variação cambial sobre os custos dos serviços prestados, tendo em vista que parte dos medicamentos e materiais médico-hospitalares estão vinculados à variação cambial.

c) Risco de taxa de juros

O risco inerente de taxa de juros surge em virtude da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de juros vinculadas ao CDI, os quais a Sociedade eventualmente possa estar exposta nos seus investimentos financeiros e arrendamentos. Para reduzir a exposição a variações nas taxas de juros do mercado local, a Sociedade concentra suas aplicações financeiras indexados à variação do CDI.

d) Risco de liquidez

A Sociedade monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações nos curto e longo prazos. Os índices de liquidez corrente e geral da Sociedade em 31 de dezembro de 2024 eram 1,92 e 1,76, respectivamente.

28. Outras informações

28.1. Eventos médico-hospitalares – Assistência médico-hospitalar, cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – Carteira de planos individuais/familiares pós Lei nº 9.656/98

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de eventos médico-hospitalares – Assistência médico-hospitalar do Documento de Informações Periódicas (Diops) do período até 31 de dezembro de 2024 está em conformidade com Ofício Circular Diope nº 01, de 1º de novembro de 2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/98, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido, como segue:

			31/12/2024		31/12/2023	
	Rede própria	Rede contratada	Reembolso	Total	Total	Total
Consultas médicas	-	14.753.440	-	14.753.440	-	11.119.794
Exames	-	12.072.049	-	12.072.049	-	12.066.531
Terapias	-	4.990.282	-	4.990.282	-	5.232.948
Internações	-	39.505.369	-	39.505.369	-	43.496.439
Outros atendimentos	-	16.460.096	-	16.460.096	-	13.994.730
Demais despesas	-	16.729.877	2.902	16.732.779	-	13.955.354
Total	-	104.511.113	2.902	104.514.015	-	99.865.797

Plano de Saúde Ana Costa Ltda.
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em reais)

29. Transações não caixa

A Sociedade teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Direito de uso e passivo de arrendamento IFRS 16 CPC 06 (R 2)	1.291.556	135.626

DIRETORIA EXECUTIVA

**ANDERSON LUIS DE ALVARENGA NASCIMENTO
DIRETOR PRESIDENTE**

**KEWTON ESPER ARAGÃO
DIRETOR VICE-PRESIDENTE**

**FRANCILEUDA LIMA CAMINHA DIAS
DIRETORA SEM DESIGNAÇÃO**

CONTADORA

**MARCIA RITA NEFERTITE CAPOVILLA MIRANDA
CRC 1SP188938/O-9**